

# PRINCIPAIS DETERMINANTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO DE 2003 A 2010: exportações ou mercado interno?

Taís Cristina de Menezes<sup>1</sup>

Luciana Rosa de Souza<sup>2</sup>

## RESUMO

Diversos trabalhos acadêmicos procuram dissertar sobre as políticas econômicas empregadas pelo governo Lula e seus respectivos resultados na macroeconomia brasileira. Considera-se que o mercado de consumo de massas (voltado para atender o mercado interno) e o *boom* das *commodities* foram importantes para explicar as taxas médias de crescimento econômico do país no referido período. Este artigo se questiona, qual dos dois aspectos foi o mais importante para explicar o crescimento do PIB entre os anos de 2003 e 2010? A partir de revisão bibliográfica e do método indutivo de pesquisa, pretende-se validar ou refutar a hipótese de que o modelo de mercado de consumo de massas brasileiro foi o principal determinante do crescimento do país durante o governo Lula.

**Palavras-chave:** Governo Lula. Políticas macroeconômicas. Boom de commodities.

## ABSTRACT

Several works attempt to discuss the economic policies employed by Lula's government and their respective results in the Brazilian macroeconomic. It is considered that the mass consumer market (aimed at serving the domestic market) and the commodity boom were important to explain the country's average economic growth rates in the period. This article asks, which of the two aspects was the most important one to explain GDP growth between 2003 and 2010? Based on a bibliographical review and the inductive method of research, this paper intends to validate or refute the hypothesis that the Brazilian mass market consumer model was the main determinant of the country's growth during Lula's government.

**Keywords:** Lula's Government. Macroeconomic policies. Commodity Boom.

## 1. Introdução

O presente trabalho busca analisar os aspectos econômicos ligados ao *boom* das exportações brasileiras e às decisões de política econômica durante os anos de 2003 a 2010. A economia

---

<sup>1</sup> Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São Paulo. Mestranda em Economia Aplicada – ESALQ/USP. Contato: taismenezes@usp.br

<sup>2</sup> Professora e pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo.

brasileira tornou-se destaque a partir do aumento da demanda internacional pelas *commodities* nacionais, que por sua vez suscitou um significativo ingresso de capitais no país e uma intensa expansão do mercado interno. Dessa forma, é de extrema importância compreender quais foram suas consequências econômicas, especialmente para o mercado interno, que, por sua vez, teve uma motivação a mais para crescer, qual seja, os ganhos reais promovidos nos salários mínimos.

Existem diversos trabalhos acadêmicos que discutem as políticas econômicas promovidas durante o governo Lula e seus respectivos resultados sobre a macroeconomia brasileira. A ausência de um planejamento econômico de longo prazo para o Brasil, no sentido da formulação de um plano de desenvolvimento, e as decisões político-econômicas voltadas para o curto prazo são criticadas por muitos autores.

Contudo, nenhum trabalho encontrado analisa a expressiva expansão do mercado interno como uma consequência positiva ou como uma oportunidade proporcionada pela expansão das exportações de *commodities* brasileiras. Esses trabalhos discutem as políticas de redução da desigualdade social e o *boom* de *commodities* de forma separada e poucos estabelecem algum tipo de conexão entre os dois fatores.

Sendo assim, neste artigo, a proposta é explorar um pouco mais esse tema de extrema importância, dada sua contemporaneidade e as lacunas ainda não preenchidas que podem ajudar a compreender de maneira mais clara os eventos ocorridos nos anos seguintes ao segundo mandato do governo Lula – tema para potenciais futuros trabalhos. Para tanto, o artigo foi estruturado em quatro sessões, além da introdução e das conclusões. A primeira discute o novo-desenvolvimentismo no período. A segunda sessão focou nas políticas econômicas adotadas no período, são elas, as políticas monetária, fiscal, cambial e de rendas. Na terceira sessão foi discutido o comércio internacional e o *boom* de *commodities*, relacionando este movimento com taxas de crescimento do PIB. Finalmente, a última sessão discute qual dos dois fatores pesou mais, quais sejam, o *boom* de *commodities* ou o dinamismo do mercado interno.

## **2. O modelo novo-desenvolvimentista**

Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990, a inflação evidenciou-se como o principal problema na economia brasileira. Durante tal período, diversos planos econômicos – ortodoxos e heterodoxos – foram postos em ação, mas nenhum deles conseguiu combater efetivamente a inflação e promover a retomada do crescimento econômico.

Somente no ano de 1994, com o Plano Real, o Brasil começou a apresentar sinais de uma nova estabilidade nos preços. Nos anos que se seguiram, nos quais foram vigentes o primeiro e segundo

mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o principal objetivo das políticas governamentais era estabilizar e manter os preços a partir da manutenção da taxa de inflação a níveis baixos.

O período compreendido entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000 foi marcado por uma política monetária altamente restritiva, regras de não-desvalorizações cambiais, crise asiática, grande fuga de capitais, intensa redução das reservas internacionais, moratória da Rússia, perda de competitividade das exportações brasileiras, aumento da taxa de desemprego, baixo crescimento econômico, acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), crise cambial, flutuação cambial, adoção de um sistema de metas de inflação, altas taxas de juros, crise da Argentina, desaceleração das economias mundiais, crise energética, evidenciação da vulnerabilidade externa da economia brasileira, dificuldades para a manutenção das metas de inflação, novo acordo com o FMI.

Apesar das mudanças promovidas no regime cambial, da implantação de metas inflacionárias e da aplicação de uma política fiscal mais rígida, o governo FHC não conseguiu estabelecer a retomada do crescimento econômico do Brasil, pois a vulnerabilidade externa da economia e a fragilidade financeira do setor público não foram superadas (FILGUEIRAS; PINTO, 2004). Nesse período, a redução inflacionária não foi suficiente para conter a crescente fragilização do país (MERCADANTE, 2010).

Em 2002, a incerteza associada à proximidade das eleições presidenciais somada às incertezas externas e às consequências da recessão dos investimentos levou à deterioração das expectativas inflacionárias (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003).

À medida que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT) mostrava-se o evento mais provável, movimentos defensivos irromperam no mercado financeiro, levando a uma grave desestabilização econômica. Nesse contexto, em junho de 2002 – quando ainda faltavam meses para as eleições –, foi publicada a “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual Lula se comprometia a prosseguir com a política econômica baseada nos pilares básicos engendrados desde 1999, que consistiam basicamente em câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário (WERNECK, 2014).

Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, o governo manteve a promessa feita anteriormente, dando continuidade às políticas econômicas que vinham sendo praticadas desde 1999. No mesmo ano, o Ministério da Fazenda divulgou o documento oficial denominado como “Política Econômica e Reformas Estruturais”, no qual era proposto um modelo de desenvolvimento que “[...] preservasse a estabilidade econômica, redirecionando, porém, o gasto público de modo a que este chegasse às classes sociais efetivamente mais necessitadas” (GIAMBIAGI, 2011, p. 204).

A grande desconfiança no mercado financeiro somada a uma taxa de inflação acima de 13% e ao aumento do endividamento público, desencadeados em 2002, fizeram com que o governo Lula não tivesse outra opção senão adotar políticas econômicas ortodoxas no ano seguinte (WERNECK, 2014). Os formuladores de política acreditavam que dar continuidade aos ideais ortodoxos de liberais do governo anterior seria a melhor forma de promover a redução da vulnerabilidade externa e da fragilidade financeira do setor público – do contrário, os mercados poderiam desaprovar ainda mais o novo governo, gerando, com isso, uma fuga de capitais, uma crise cambial e até questionamentos sobre a governabilidade do presidente eleito (FILGUEIRAS; PINTO, 2004).

Na visão de Carcanholo (2010), essa continuidade de políticas ortodoxas pode ser justificada pelo que se denomina “herança maldita”: graves problemas econômicos, incluindo armadilhas econômicas e sérios problemas estruturais, deixados pelo governo FHC. Para o autor, tais armadilhas foram construídas a partir do processo de abertura externa comercial e financeira, pois esse processo gerou uma elevação da fragilidade financeira das contas externas brasileiras, a qual passou a caracterizar-se por uma grande dependência dos fluxos de capitais externos para o fechamento das contas do Balanço de Pagamentos, em meio à instabilidade do sistema financeiro mundial. Além disso, tal processo intensificou a vulnerabilidade externa da economia brasileira, uma vez que mitigou sua capacidade de resistir a eventuais choques externos.

Contudo, Paulani (2003) enxerga essa continuidade de políticas econômicas como uma forma de garantir a “credibilidade” do país frente ao mercado internacional, inviabilizando, com isso, a adoção de políticas voltadas para o crescimento e aumento do emprego por parte do governo Lula. A manutenção dessa “credibilidade” tornava indispensável prosseguir com a política monetária contracionista, a taxa de juros real elevada e o ajuste fiscal rigoroso.

Por outro lado, Werneck (2014) acredita que, na verdade, a estabilidade econômica promovida nos anos anteriores ao governo Lula foi o fator que permitiu a obtenção de ganhos provenientes da expansão econômica mundial e do *boom* de preços das *commodities* entre 2003 e 2010.

Em meados de 2005, a desestabilização desencadeada pela troca de governos já havia dado lugar a uma trajetória promissora de crescimento, junto a uma inflação controlada e contas externas cada vez mais sólidas. Todavia, no mesmo ano, o escândalo do mensalão originou novamente uma instabilidade dentro do governo liderado pelo PT, gerando uma busca por mudanças na condução das políticas econômicas. O presidente, então, passou a focar na contenção do desgaste causado pela crise política, buscando preservar seu mandato e talvez a reeleição (WERNECK, 2014).

No segundo semestre de 2005, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, propuseram medidas de contenção da expansão dos gastos primários

da União, que vinham crescendo o dobro da taxa de crescimento do PIB. Os ministros pretendiam implementar medidas que assegurassem que a expansão dos gastos públicos fosse menor que a taxa de crescimento do PIB, para que, dessa forma, pudessem ser reduzidas as taxas de juros e a carga tributária, além de permitir a ampliação do investimento público (WERNECK, 2014).

Essa proposta de ajuste fiscal de longo prazo foi largamente criticada por outros ministros e pelo Planalto, enfraquecendo a posição de Palocci. Com isso, em março de 2006, ele demitiu-se do cargo de ministro da Fazenda e Guido Mantega assumiu o cargo, o que significou o abandono da proposta de ajuste fiscal. “A posse de Guido Mantega como ministro da Fazenda marcou nítida mudança nos discursos econômico do governo” (WERNECK, 2014, p. 67).

Giambiagi (2011, p. 215) destaca sete elementos que permitem observar a manifestação dessa mudança na orientação das políticas econômicas provocada pela troca de ministros:

- i) a taxa de variação real do gasto público elevou-se consideravelmente no segundo mandato do governo Lula;
- ii) estabeleceu-se uma tendência de afrouxamento dos superávits primários;
- iii) na prática, houve um afastamento da meta fiscal, pois ela ficou sujeita a uma forma de “banda de tolerância”;
- iv) divergências entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central com relação à condução da política monetária tornaram-se recorrentes;
- v) estudos econômicos para conter o crescimento do dispêndio e mitigar o desequilíbrio fiscal foram abandonados;
- vi) os ministérios passaram a buscar políticas diferentes das praticadas no governo FHC;
- vii) o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e sua importância na economia ampliaram-se significativamente.

Com a mudança de ministros, estabeleceu-se uma mudança gradual de certas diretrizes na política econômica adotada pelo governo Lula. A nova equipe adotou uma política de maior ativismo do Estado, baseada em medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário – com o intuito de acelerar o crescimento –, expansão de transferências de renda, elevação do salário mínimo e intensificação de investimentos públicos (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

A partir de 2006, já no segundo mandato, o governo Lula passou a seguir uma nova proposta de política econômica fundamentada no novo-desenvolvimentismo, mesclando políticas heterodoxas

às políticas macroeconômicas neoliberais mantidas anteriormente (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário), sem, entretanto, romper com as últimas, “[...] estabelecendo-se, dali em diante então, a política econômica híbrida que caracterizou esse governo até 2010” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 509). Dessa forma, implantou-se um modelo de desenvolvimento que vinculava estruturalmente políticas de distribuição de renda e crescimento econômico (SADER, 2013).

Seguindo essa política econômica híbrida, o Bolsa Família – programa de transferência direta de renda, direcionada a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza – foi ampliado e o salário mínimo real cresceu. Além disso, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa de expansão de infraestrutura, sobretudo com investimentos em energia e transporte, que articulou o investimento público com o investimento das empresas estatais e privadas e uma significativa expansão do crédito para investimentos, em especial, pelo setor bancário público (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011; WERNECK, 2014).

Fonseca, Cunha e Bichara (2013) ressaltam que o PAC evidenciou a retomada pelo Estado da responsabilidade pela indução do crescimento econômico, visto que priorizou setores e diagnosticou gargalos para o crescimento de longo prazo. Entretanto, Moraes e Saad-Filho (2011) assinalam que tais medidas de política econômica devem ser observadas como um complemento às políticas macroeconômicas vigentes, e não substitutas.

As mudanças nas políticas macroeconômicas foram importantes, porque proporcionaram um maior ativismo ao Estado nas decisões econômicas, especialmente, i) na ampliação do mercado de consumo de massa, por meio de programas de transferência de renda, do fornecimento de crédito ao consumo e da expansão do salário mínimo; ii) no estímulo à produção por meio de investimentos públicos em infraestrutura e financiamentos; iii) no apoio às empresas brasileiras, com o fornecimento de crédito e incentivos regulatórios para aquisições e fusões (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Estas políticas foram mais bem detalhadas na sessão seguinte.

### **3. Políticas Econômicas entre 2003 e 2010**

Em janeiro de 2003, o governo Lula deparou-se com um nível de endividamento público correspondente a 55,9% do PIB, com uma média de crescimento do último na ordem de 2,1% (1999-2002) e com um crescimento acelerado da taxa de desemprego. Logo no início, o novo governo estabeleceu, por conta própria, uma meta de superávit primário de 4,25% do PIB, superando os 3,75% estipulados pelo FMI no ano anterior como condição do acordo fechado com o governo FHC. “O governo Lula escolheu o caminho do ajuste fiscal, de altas taxas de juros e optou por firmar, ele próprio, um acordo com o FMI em novembro de 2003, a fim de manter a

conquistada ‘credibilidade junto à comunidade financeira nacional e internacional’ (NOVELLI, 2010, p. 229).

A recuperação das exportações produziu um superávit comercial e em transações correntes, o que permitiu a adoção de uma política econômica doméstica voltada para a expansão da demanda efetiva, fundamentada na expansão da oferta de crédito, em aumentos reais do salário mínimo e na ampliação dos investimentos públicos. A partir de 2006, os significativos superávits apresentados no Balanço de Pagamentos possibilitaram a provisão de um expressivo montante de reservas em divisas internacionais, melhorando, dessa forma, o posicionamento do Brasil frente ao mercado externo (LARA, 2012).

De forma geral, ao longo de seus dois mandatos, o governo Lula alterou a orientação das políticas econômicas praticadas, passando de um regime restritivo de política econômica – acordado com o FMI – para diretrizes mais expansionistas. Tal mudança só foi possível à medida que as condições externas tornavam-se mais favoráveis para o país.

Em 2008, a crise evidenciou o problema da significativa dependência doméstica em relação à captação de recursos no exterior para financiar a oferta de crédito interno, que, à época, era da ordem de 20% (BARBOSA, 2013). Com o ápice da crise, houve uma redução da oferta de crédito internacional e os bancos brasileiros, então, contraíram a oferta de crédito interna. Tal contração somada a uma depreciação cambial levou à redução do poder de compra das famílias brasileiras, que, em conjunto com o clima generalizado de incerteza econômica, desacelerou o crescimento do consumo privado. Nesse contexto, o governo adotou políticas expansionistas nas áreas fiscal, monetária e creditícia, contradizendo as expectativas do mercado.

Em 2010, já se observavam sinais de recuperação evidentes, com um crescimento do PIB de 7,5%, em relação a 2009, e uma expansão média de 5,6% do consumo das famílias. Com isso, o governo Lula passou a empregar uma política macroeconômica mais restritiva, limitando os estímulos por parte do governo (BARBOSA, 2013).

### **3.1 Política monetária**

Em 2003, a política monetária brasileira foi condicionada pela deterioração das expectativas e pelas condições de liquidez da economia internacional. Dessa forma, a manutenção do compromisso com a meta de inflação e a intensificação da política de ajuste fiscal foram imprescindíveis para a recuperação da economia, reduzindo as incertezas, garantindo a convergência das expectativas de mercado para a trajetória da meta de inflação. Ao mesmo tempo, a balança comercial e as condições internacionais de liquidez mostraram melhora. No ano seguinte, a

condução da política monetária vinculou-se à manutenção dos ganhos propiciados pela estabilização de preços, em um contexto de expansão da liquidez internacional e aumento dos preços das *commodities*. Em 2005, a política monetária permaneceu com as mesmas diretrizes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

A trajetória declinante das expectativas de inflação observada em 2006 favoreceu o processo de flexibilização da política monetária brasileira. A evolução da taxa de câmbio, que favoreceu a concorrência interna dos bens comercializáveis, em conjunto com a acumulação de reservas internacionais e o resgate antecipado de papéis da dívida em moeda estrangeira – os quais influenciaram as condições de financiamento externo por meio da redução do risco-Brasil –, permitiu essa redução dos níveis inflacionários. No mesmo ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (utilizado como referência para o sistema de metas para a inflação) situou-se abaixo da meta estabelecida pela primeira vez desde a implementação do sistema de metas no Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

Ao final de 2007, o intenso aumento dos preços agrícolas somado ao crescimento dos níveis de emprego, de renda, de crédito e das transferências governamentais levou à necessidade de uma redução dos estímulos monetários, via aumento da taxa de juros. No ano seguinte, o governo tomou uma postura mais restritiva em relação à condução da política monetária, pois o descompasso entre a oferta e a demanda agregadas persistia, aumentando o risco de uma dinâmica inflacionária. O cenário foi agravado pelas incertezas econômicas geradas pela crise internacional e suas consequências sobre o fornecimento de crédito para a sustentação da demanda doméstica, gerando um estreitamento das fontes de financiamento externo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Em 2009, havia um novo ambiente econômico internacional, resultante do acirramento da crise mundial, marcado por restrições no mercado de crédito, pela elevação da aversão ao risco e pela deterioração das expectativas, o que, por sua vez, levou à retração acentuada da atividade interna no Brasil. Como consequência, em 2010, o Conselho Monetário Nacional em conjunto com o Banco Central decidiu adotar uma série de medidas macroprudenciais com o intuito de aperfeiçoar os instrumentos de negociação, garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional e proporcionar a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

No geral, a expansão dos preços das *commodities* nos mercados internacionais produziu dois efeitos sobre a economia brasileira: ao mesmo tempo em que favoreceu os saldos comerciais e em transações correntes, provocou um importante choque inflacionário. Entretanto, este choque não causou uma elevação da inflação que ultrapassasse a meta devido às altas taxas de juros domésticas,



que, por sua vez, ocasionaram uma tendência de valorização da taxa de câmbio nominal. Ou seja, a valorização cambial não foi um subproduto indesejado da política monetária, e sim, o principal fator que manteve as taxas de inflação dentro das metas estabelecidas (LARA, 2012).

Portanto, entre 2003 e 2010, o regime de câmbio flexível conjuntamente com o sistema de metas de inflação possibilitou a manutenção de elevados diferenciais de juros em relação às taxas internacionais, a fim de atrair intensos fluxos de capitais – os quais permitiram a acumulação de reservas e a apreciação nominal do câmbio.

### **3.2 Política fiscal**

O ano de 2003 iniciou-se com a adoção de diversas medidas fiscais restritivas. A meta de resultado primário foi elevada com o intuito de conter o crescimento da dívida pública e reduzir o risco de insolvência do país. Somada à política monetária restritiva, a política fiscal teve impacto positivo sobre as expectativas de mercado com relação à evolução da economia, reduzindo, assim, a taxa de câmbio e o prêmio de risco do país. No ano seguinte, a apreciação cambial permaneceu e o resultado primário superou o de 2003, contribuindo para a contração da dívida líquida pública em relação ao PIB (BARBOSA, 2013).

Em 2005, o resultado primário elevou-se novamente, dando continuidade à redução do endividamento público. Entre 2003 e 2005, a média anual do resultado primário do governo federal foi de 2,5% em detrimento da média de 1,9% entre 1999 e 2002. Ao final do mesmo ano, o encerramento da dívida do governo junto ao FMI promoveu uma melhora significativa nas contas externas brasileiras. “O fim da dívida brasileira junto ao FMI teve grande importância política e econômica, pois marcou o início de uma nova fase do governo Lula, durante a qual o Brasil teria mais autonomia na condução de sua política econômica” (BARBOSA, 2013, p. 73).

Entre 2003 e 2007, o superávit em transações correntes e os substanciais fluxos financeiros proporcionaram uma considerável redução da vulnerabilidade externa brasileira e um aumento da taxa crescimento, induzido, principalmente, pelas exportações de *commodities* e pela expansão do consumo interno.

A partir de 2006, iniciou-se um processo de ampliação dos investimentos governamentais em infraestrutura, intensificado em 2007 com o lançamento do PAC. O programa incluiu uma série de desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo no país. Em 2008, essas desonerações foram ampliadas com o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo, que tinha como principal objetivo a promoção da competitividade de longo prazo na economia brasileira – de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria

e Comércio Exterior. No mesmo ano, o governo criou o Fundo Soberano do Brasil com o intuito de atuar no mercado de câmbio e de construir uma política fiscal anticíclica (BARBOSA, 2013).

Com o advento da crise financeira internacional e suas consequências, o governo Lula adotou uma política de combate aos efeitos da crise baseada em medidas econômicas fiscais, monetárias e creditícias expansionistas. A trajetória ascendente da despesa pública foi fundamentada pelo aumento das transferências de renda (ampliação dos programas de combate à pobreza), dos investimentos públicos (expansão dos gastos com infraestrutura) e dos gastos com o funcionalismo (realização de concursos públicos e reajuste de salários). Além disso, no final de 2008 e início de 2009, o governo adotou uma série de desonerações, a fim de impedir uma redução mais intensa do nível de atividade econômica e de favorecer a retomada do consumo e do investimento de forma mais rápida; e expandiu a oferta de empréstimos, principalmente via BNDES, assumindo um papel mais ativo no financiamento de investimentos.

Ao final de 2010, o encerramento do segundo mandato do governo Lula foi marcado pelo movimento do Banco Central para reversão das medidas de estímulo adotadas para combater os efeitos da crise financeira internacional, o qual estabeleceu a redução do crescimento das despesas primárias do governo, demonstrando uma nova condução da política econômica, de cunho mais restritivo.

### **3.3 Política cambial**

Nos primeiros anos do governo Lula, a apreciação da taxa de câmbio permitiu que houvesse uma combinação incomum entre aceleração do crescimento e desaceleração da inflação, sem prejudicar substancialmente a competitividade da economia brasileira no exterior. A redução da taxa de câmbio somada à contração inflacionária proporcionou um impacto favorável sobre o poder de compra das famílias e das empresas, ampliando, assim, o consumo e o investimento domésticos.

Entre 2003 e 2010, a moeda brasileira apreciou-se a um ritmo praticamente constante, com exceção do ano de 2008, pois a fuga de capitais provocada pela crise financeira levou à apreciação do real. Entretanto, no ano seguinte, o fluxo de capital externo recuperou-se, permitindo a retomada da valorização da taxa de câmbio.

A taxa de câmbio real brasileira apresentou uma redução de 20%, entre 2006 e 2008, impactando diretamente no Balanço de Pagamentos. Por um lado, as exportações do país permaneceram crescendo, motivadas pelo aumento nas vendas das *commodities*, passando de US\$ 138 bilhões, em 2005, para US\$ 198 bilhões em 2008. Concomitantemente, as importações mostraram um aumento explosivo, passando de US\$ 91 bilhões para US\$ 173 bilhões no mesmo

período. Por outro lado, houve uma intensa entrada de capitais no Brasil, elevando significativamente o volume de reservas internacionais, que passou de US\$ 54 bilhões, no final de 2005, para US\$ 207 bilhões no final de 2008. “Esse colchão de liquidez externa seria crucial para que o país enfrentasse os efeitos da crise financeira internacional em 2009” (BARBOSA, 2013, p. 77).

A importância do acúmulo de reservas internacionais ficou evidente quando se iniciaram as turbulências causadas pela crise financeira internacional em 2008. A crise suscitou uma forte pressão sobre a taxa de câmbio, que se desvalorizou de forma rápida e intensa ao final de 2008. No entanto, a autoridade monetária – com relevante capacidade de intervenção – fez com que a situação fosse amenizada com relativa agilidade. “Live das condicionalidades restritivas que, em geral, são impostas pelo FMI, a política econômica pôde, inclusive, adotar uma política anticíclicas, buscando minorar os efeitos da crise nos países centrais sobre o crescimento doméstico” (LARA, 2012, p. 26).

### **3.4 Política de rendas**

Quando o gasto público voltado para políticas sociais gera a ampliação do sistema de garantia de renda, seja ela monetária ou não, funcionando como elemento relevante na distribuição de renda, ele pode causar efeitos positivos sobre a demanda agregada, possibilitando a criação de um amplo mercado interno de consumo. Além disso, a política social amplia a inclusão produtiva da população, fator imprescindível para o aumento da inovação e da produtividade do trabalho, que por sua vez são decisivas para o crescimento econômico, além de facilitarem o aumento dos salários e a redução da pobreza (CASTRO, 2012).

Nesse sentido, o Programa Bolsa Família foi criado em 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula, e é voltado para famílias em situação de grande vulnerabilidade. “Sua relevância reside especialmente na extensão da população que alcança [12,7 milhões de famílias em 2010], com recursos disponibilizados de forma contínua” (CASTRO, 2012, p. 1021).

Entre 2004 e 2005, houve duas pequenas reformas financeiras, as quais contribuíram para a expansão do crédito nos anos seguintes. A primeira deu-se pela reforma da Lei de Falências, em 2004, que ajudou na expansão do crédito às empresas. O crédito consignado foi a segunda inovação, que ampliou significativamente a oferta de crédito às famílias brasileiras (BARBOSA, 2013). A partir do ano de 2005, houve forte expansão do consumo das famílias no Brasil, principalmente daquelas cuja renda principal advinha de ocupações com remuneração direta ou indiretamente relacionada ao salário mínimo – que passou de R\$300,00, em 2005, para R\$510,00 em 2010 (MEDEIROS, 2015; IPEADATA).

Com isso, o crescimento econômico brasileiro, a partir de 2005, passou a basear-se na expansão do consumo interno de bens e serviços privados (ver Tabela 1). Tal expansão só foi possível graças a intervenções que asseguraram poder aquisitivo às famílias, principalmente às famílias dos estratos inferiores de renda. Essas intervenções foram caracterizadas por políticas de mercado de trabalho – valorização do salário mínimo e a indução à formalização do emprego –, por transferências governamentais – aposentadoria rural e benefícios sociais – e por acesso ao crédito – direcionado rural e imobiliário, consignado ou derivado da melhora de renda (KERSTENETZKY, 2015). Abaixo apresenta-se uma tabela com os gastos em consumo final das famílias entre 2003 e 2010.

**Tabela 1: Consumo final das famílias (em R\$ milhões): Brasil, 2003-2010**

Ano	Consumo final das famílias (em R\$ milhões)	Variação percentual do consumo final das famílias (ano base: 2003)
2003	1.052.759,00	-
2004	1.160.611,00	10%
2005	1.294.230,00	23%
2006	1.428.906,00	36%
2007	1.594.067,00	51%
2008	1.786.840,00	70%
2009	1.979.751,00	88%
2010	2.248.623,92	114%

Fonte: Elaboração a partir de dados do Ipeadata.

A elevação do salário mínimo real, a formalização do trabalho assalariado e a expansão do crédito ao consumidor foram os fatores que aumentaram o número de famílias com poder de compra suficiente para a diversificação do padrão de consumo, considerando-se a massa trabalhadora urbana e a classe média baixa. Esse movimento de diversificação promoveu a elevação da renda e a mudança dos preços relativos e dos estilos de vida. “A massificação dos bens duráveis de consumo, a ampliação do transporte privado, a elevação da alimentação fora do lar e também os gastos em serviços em todas as faixas de renda expressam estas transformações” (MEDEIROS, 2015, p. 7).

A reversão da tendência de crescimento da inflação em meados de 2003 permitiu que a política macroeconômica se voltasse para o estímulo do mercado interno, tendo em vista a importância do consumo para a recuperação sustentada da demanda agregada, bem como a necessidade de redução das desigualdades regionais e de renda. Em 2005, os empréstimos direcionados a pessoas físicas aumentaram 38,4%, totalizando R\$188,8 bilhões. Em 2006, houve

um aumento de 23,6% dos empréstimos a pessoas físicas, decorrente da expansão das carteiras de crédito pessoal, que são mantidas por meio de empréstimos consignados em folha de pagamento, os quais cresceram 51,9% no mesmo ano. Esse resultado refletiu a redução generalizada no custo dos empréstimos, sobretudo crédito pessoal (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

De acordo com o Relatório Anual de 2007 do Banco Central, a manutenção do dinamismo da demanda interna como propulsor do crescimento da economia foi fator predominante para preservar a sustentabilidade do sistema financeiro nacional, durante o ano de 2007, mesmo diante de uma conjuntura de maior volatilidade nos mercados financeiros internacionais. Em 2008, os empréstimos a pessoas físicas obtiveram elevação anual de 23,9%, impulsionados por operações relacionadas à aquisição de veículos, de crédito pessoal e de compras à vista com cartão de crédito. Os financiamentos ao comércio, que refletiram a demanda das famílias, cresceram 27,8% no ano, impulsionados pelo dinamismo dos segmentos automóveis, supermercados e lojas de departamentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

No segundo semestre de 2009, a expansão do crédito foi impulsionada por contratações de pessoas físicas, principalmente por meio da expansão dos empréstimos consignados em folha de pagamento e dos financiamentos para aquisição de veículos. Esse comportamento esteve condicionado à evolução favorável dos indicadores de mercado de trabalho e ao declínio das taxas de juros, que atingiram os valores mais reduzidos em diversas modalidades. Em 2010, a carteira de pessoas físicas cresceu 19,2%, destacando-se os aumentos de 49,1% e 24,7% nas modalidades financiamentos para aquisição de veículos e crédito pessoal, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010). A próxima sessão traz a reflexão do cenário externo e sua relação com o crescimento do PIB brasileiro entre 2003 e 2010.

#### **4. O cenário de comércio internacional e seus impactos sobre o crescimento do PIB brasileiro entre 2003 e 2010**

O nível do déficit em conta corrente é um importante indicador de vulnerabilidade externa de um país. “As perspectivas futuras para o crescimento das exportações, o déficit da balança de rendas, a possibilidade de redução das importações e a continuidade do financiamento externo são muito importantes para a sustentabilidade do déficit em conta corrente” (SANTOS, 2014, p. 25).

Durante o período de boom internacional, a disponibilidade de financiamento externo e os termos de troca eram favoráveis ao Brasil, o que permitiu aumentar o nível de importações. Os produtos do comércio mundial em que o país possui parcela expressiva, como minério de ferro, soja, carne e celulose, tiveram uma expansão em sua participação na pauta de exportações

brasileiras. Por outro lado, o país observou a deterioração da participação de suas exportações de bens industriais no total das exportações mundiais.

Durante o período entre o final do governo FHC e os primeiros anos do governo Lula, as condições de inserção externa da economia brasileira passaram por uma significativa reconfiguração, uma vez que a taxa de câmbio promoveu novas condições de competitividade e incentivou as exportações, em conjunto com o início do ciclo de crescimento dos preços das *commodities* e da liquidez internacional (LARA, 2012). A expansão da oferta de financiamento externo barato permitia que o ajuste externo fosse postergado.

Nesse período, a valorização da moeda de muitos países emergentes, a intensa desaceleração econômica das potências centrais e a expansão do superávit em conta corrente da China aumentaram a parcela de países periféricos com déficit em conta corrente. Mesmo com a deflagração da crise financeira internacional de 2008, o acelerado crescimento da demanda da China e de outros países asiáticos por matérias primas e pela taxa de juros baixa favoreceram as contas externas brasileiras.

O grande problema reside no fato de que a vulnerabilidade dos países periféricos, como é o caso do Brasil, tende a aumentar durante os períodos de *boom* internacional. Com isso, a maioria dos países periféricos torna-se vulnerável na ocorrência de uma reversão dos ciclos internacionais (SANTOS, 2014).

A liquidez externa é caracterizada pela capacidade de um país em cumprir seus compromissos de curto prazo em moeda estrangeira. Tal capacidade é definida pela relação entre o estoque de dívida externa de curto prazo e o estoque de reservas internacionais. Quanto maior essa razão, pior é a posição de liquidez. Entre 2003 e 2010, ela demonstrou uma tendência de contração praticamente contínua, pois o significativo crescimento do estoque de reservas internacionais não era suplantado por períodos de intenso crescimento do estoque da dívida pública externa de curto prazo. No primeiro trimestre de 2003, o indicador de liquidez externa era de, aproximadamente, 45% e, no último trimestre de 2010, era cerca de 20% – tendo se apresentado menor ainda em alguns momentos nesse período (LARA, 2012).

O intenso acúmulo de reservas internacionais, entre 2005 e 2010, foi fator determinante para que o Brasil conseguisse enfrentar com relativa estabilidade os efeitos da crise internacional de 2008. Entre o final de 2003 e o término de 2010, as reservas internacionais brasileiras cresceram de US\$ 49,254 milhões para US\$ 288,575 milhões – praticamente multiplicaram-se por seis (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Entretanto, o principal fator que permitiu a manutenção do elevado nível de reservas internacionais foi que a abertura financeira foi acompanhada de uma taxa de câmbio flexível, não possibilitando a reincidência do ocorrido na crise cambial de 1999. Além disso, a forte queda dos preços das *commodities* concomitante aos ataques cambiais foi indispensável para que a expressiva desvalorização não fosse acompanhada por uma aceleração inflacionária (SANTOS, 2014).

Em contrapartida, o indicador de solvência externa demonstra a capacidade de um país sustentar uma dinâmica de crescimento com acumulação de passivo externo; ou seja, a capacidade de pagamento do país deficitário. Esse indicador caracteriza-se pela razão entre o déficit de transações correntes e as exportações. Quanto maior essa razão, pior é a posição de solvência do país. Tal indicador passou a decrescer entre 2003 e 2007, tornando-se negativo graças aos superávits em transações correntes. Mesmo com um aumento entre 2007 e 2010, o indicador ainda permaneceu menor do que se apresentava no início de 2002 (LARA, 2012).

É evidente, portanto, que as condições externas foram excepcionalmente favoráveis à economia brasileira ao longo do governo Lula. A melhora nos indicadores de liquidez e de solvência pode estar atrelada a três combinações de fatores: i) taxa de câmbio mais competitiva e retomada das exportações; ii) dinamismo das exportações de *commodities*, principalmente em função dos preços; iii) grande disponibilidade de capitais externos, que proporcionou um elevado dinamismo dos fluxos de capitais.

A grande complicação dessa conjuntura foi o fato de que a economia brasileira voltou a ser altamente dependente das exportações, as quais se fundamentavam em produtos primários, em sua maioria, de recursos naturais – levando a um processo de reprimarização das exportações brasileiras. Mesmo com a sustentação do dinamismo das exportações de *commodities*, o fraco desempenho das exportações industriais somado ao vigoroso aumento das importações causou uma redução do saldo comercial, acarretando, assim, o retorno do déficit em transações correntes a partir de 2007 – que permaneceu até o final do governo Lula.

Entre 2008 e 2010, a variável de ajuste entre o forte crescimento da demanda doméstica – 5,6% em média – e o lento crescimento do PIB – 3,3% em média – foi a redução do saldo comercial do Brasil. As exportações de bens e serviços mantiveram-se praticamente estagnadas nesse período, ao mesmo tempo em que o volume de exportações se expandiu acentuadamente, com crescimento real de 9,8% ao ano, em média – passando de US\$ 173 bilhões, em 2008, para \$ 182 bilhões em 2009 (BARBOSA, 2013). No próximo subitem, discutiu-se o impacto do *boom* de *commodities* sobre o crescimento do PIB.

#### **4.1 O impacto do *boom* de *commodities* no PIB brasileiro**

O volume de exportações expandiu-se fortemente após 2002, com a elevação do produto e do comércio mundial. O aumento importante das exportações brasileiras resultou de um câmbio favorável e da reativação da economia mundial a partir do estreito relacionamento dos Estados Unidos com a Ásia. Essa relação provocou o aumento da demanda por produtos primários das economias asiáticas, levando à elevação do preço desses produtos – acentuada pela situação de alta liquidez do mercado financeiro internacional (BALTAR, 2008).

Esse aumento de preços teve impactos diretos e indiretos sobre as exportações brasileiras. A expansão das exportações de produtos primários para a Ásia e a elevação do valor dessas exportações para a Europa, dados os aumentos de preços, foram efeitos imediatos. Já os efeitos indiretos ocorreram a partir da elevação da renda dos outros países em desenvolvimento, os quais exportam produtos primários e importam produtos manufaturados intensivos em recursos naturais do Brasil (BALTAR, 2008).

No período entre 2004 e 2006, o cenário externo foi especialmente favorável às exportações brasileiras. Neste triênio, a demanda chinesa por dois dos produtos mais “valiosos” exportados pelo Brasil, soja e minério de ferro, teve forte expansão, em um contexto de intenso aumento no preço das *commodities* (ANDERSON, 2011).

**Tabela 2: Exportação de bens e serviços a valores correntes: Brasil, 2003-2010**

Ano	Exportações (em R\$1.000.000,00)	Variação percentual das exportações (ano base: 2003)
2003	260.798,30	-
2004	323.924,80	24%
2005	330.880,20	27%
2006	346.342	33%
2007	362.547,80	39%
2008	420.880,80	61%
2009	361.680,50	39%
2010	417.270	60%

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE.

Entre 2003 e 2005, o Brasil reverteu o déficit de comércio e passou a usufruir de expressivo superávit primário – situação propiciada pelo intenso crescimento do comércio mundial (ver Tabela 3). No entanto, durante esse triênio, a política macroeconômica brasileira conteve o consumo e o investimento, e, dessa forma, a trajetória intensa e ascendente das exportações foi insuficiente para induzir um crescimento mais expressivo do PIB. Apenas com a mudança nas políticas macroeconômicas, a partir de 2006, com maior incentivo ao consumo interno e com a expansão dos



investimentos (públicos), as exportações, principalmente de produtos primários, alavancariam o crescimento econômico do país.

**Tabela 3: Saldo da balança comercial: Brasil, 2003-2010**

Ano	Saldo da balança comercial (em US\$ FOB)	Variação percentual do saldo da balança comercial (ano base: 2003)
2003	1.160.728.764	-
2004	1.592.397.132	37,19%
2005	2.194.515.200	89,06%
2006	2.835.266.749	144,27%
2007	2.523.308.723	117,39%
2008	922.548.845	-20,52%
2009	-529.722.353	-145,64%
2010	-180.666.426	-115,56%

Fonte: Elaboração a partir de dados do MDIC.

A explosão das exportações de *commodities* durante a primeira década dos anos 2000 foi muito importante não apenas para o crescimento do PIB, mas também por ter permitido a redução da dívida externa, a partir do enorme superávit comercial e, consequentemente, da expansão do acúmulo de reservas internacionais que gerou. A participação das exportações na composição do PIB reduziu-se por conta da ampliação do consumo interno, o qual passou a representar grande parte do produto interno. Nos anos de 2009 e 2010, essa redução deveu-se também ao advento da crise financeira internacional e suas consequências, que causaram recessão em diversos países importadores dos produtos primários brasileiros.

## **5. O que pesou mais?**

Na visão de Lara (2012, p. 24), apesar do fato de que a melhora das condições de inserção externa da economia brasileira tenha ocorrido a partir de fatores exógenos, “isso não teria resultado em aceleração do crescimento econômico se não houvesse também modificações na política econômica doméstica ao longo do governo Lula”.

Por outro lado, Medeiros (2015) afirma que o afrouxamento das restrições externas à economia brasileira, entre 1998 e 2002, levou a um ciclo econômico expansivo, o qual permaneceu até 2010, caracterizado por substanciais aumentos da taxa de crescimento dos componentes do PIB. “Entretanto, devido ao seu peso sobre a renda, o consumo das famílias afirmou-se como o principal protagonista da expansão. [...] Essa expansão da demanda interna foi, porém, acompanhada por elevada penetração das importações” (MEDEIROS, 2015, p. 15).

Para Lara (2012), a partir de 2004, a participação do comércio externo no crescimento do PIB tornou-se menor; a maior contribuição a esse crescimento passou a ser o mercado doméstico. Em 2006, a contribuição do setor externo tornou-se negativa e a contribuição do mercado doméstico atingiu um crescimento anual da ordem de 8%, “até ser interrompido pelos efeitos da crise financeira internacional, no último trimestre de 2008” (LARA, 2012, p. 25).

Analisando-se a tabela 4 é possível perceber que o consumo das famílias, entre 2005 e 2009, representou a maior parcela do PIB, obtendo uma trajetória crescente e ininterrupta de expansão. Ademais, a partir de 2006, a taxa de crescimento anual das importações já superava a taxa de crescimento anual das exportações e, com isso, já em 2008, o volume de importações tornou-se superior ao volume exportado.

**Tabela 4: PIB desagregado por componentes: Brasil, 2003-20010**

Componentes do PIB	PIB a valores correntes (R\$ 1.000.000)							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1. Total	1.720.069	1.958.705	2.171.736	2.404.803	2.718.032	3.107.531	3.328.174	3.886.835
2.Despesa de consumo das famílias	1.063.141,6	1.179.849,9	1.312.672,0	1.456.420,4	1.628.509,9	1.857.401,3	2.063.996,2	2.341.155,0
<b>2.1 Participação no PIB</b>	<b>61,8%</b>	<b>60,2%</b>	<b>60,4%</b>	<b>60,4%</b>	<b>59,9%</b>	<b>59,8%</b>	<b>62,0%</b>	<b>62,0%</b>
3. Despesa de consumo da administração pública	325.414,3	358.748,4	406.612,7	453.395,5	509.124,0	578.633,0	646.738,3	738.966,0
<b>3.1 Participação no PIB</b>	<b>18,9%</b>	<b>18,3%</b>	<b>18,7%</b>	<b>18,9%</b>	<b>18,7%</b>	<b>18,6%</b>	<b>19,4%</b>	<b>19,0%</b>
4. Formação bruta de capital fixo	286.738,3	340.511,0	373.876,9	415.941,0	491.114,7	605.663,0	639.190,5	800.353,0
<b>4.1 Participação no PIB</b>	<b>16,7%</b>	<b>17,4%</b>	<b>17,2%</b>	<b>17,3%</b>	<b>18,1%</b>	<b>19,5%</b>	<b>19,2%</b>	<b>20,6%</b>
5. Variação de estoque	6.652,6	12.816,6	4.809,2	18.878,8	52.257,4	71.772,0	-8.311,5	46.813,0
<b>5.1 Participação no PIB</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,8%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,3%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>1,2%</b>
6. Exportação de bens e serviços	260.789,3	323.924,8	330.880,2	346.342,0	362.547,8	420.880,8	361.680,5	417.270,0
<b>6.1 Participação no PIB</b>	<b>15,2%</b>	<b>16,5%</b>	<b>15,2%</b>	<b>14,4%</b>	<b>13,3%</b>	<b>13,5%</b>	<b>10,9%</b>	<b>10,7%</b>
7. Importação de bens e serviços (-)	222.675,9	257.145,3	257.115,5	281.175,0	325.522,2	426.819,4	375.120,4	457.722,0
<b>7.1 Participação no PIB</b>	<b>12,9%</b>	<b>13,1%</b>	<b>11,8%</b>	<b>11,7%</b>	<b>12,0%</b>	<b>13,7%</b>	<b>11,3%</b>	<b>11,8%</b>

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE.

No entanto, Lara (2012) ressalta que o dinamismo das exportações brasileiras teve papel fundamental para a retomada do crescimento econômico, uma vez que promoveu o relaxamento da restrição externa. A expansão das exportações beneficiou o saldo comercial brasileiro e promoveu um intenso acúmulo de reservas internacionais, que, por sua vez, possibilitou a melhora nos indicadores de liquidez externa e de solvência externa e, assim, favoreceu a entrada de capitais estrangeiros no país e o aumento das importações. “[...] O processo de melhora das condições gerais do cenário externo foi condição necessária – ainda que não suficiente – para a retomada do crescimento econômico ao longo do governo Lula” (LARA, 2012, p. 25).

## 6. Conclusão

Em um primeiro momento, o governo Lula buscou garantir a credibilidade da política econômica frente ao mercado e, dessa forma, foi possível aproveitar as oportunidades surgidas a partir do *bom de commodities*, que se intensificou a partir de 2004. Sendo assim pode-se concluir que a melhora da credibilidade permitiu esse aproveitamento advindo do cenário externo favorável. De forma complementar, o *boom de commodities* foi fator essencial à medida que reduziu a vulnerabilidade externa, questão que preocupava o governo até 2003.

O controle da inflação, a redução do endividamento líquido do setor público e a diminuição da vulnerabilidade das contas externas diante de choques internacionais – a partir da manutenção da estabilidade macroeconômica – favoreceram a aceleração do desenvolvimento econômico e social.

O governo Lula gerou um significativo volume de empregos, combinado com o aumento sustentável dos salários reais e a inclusão de milhões de pessoas no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, na sociedade de consumo – gerando a chamada nova classe média brasileira. As políticas econômicas implementadas tornaram o Brasil um país mais estável e relativamente menos desigual. O governo Lula foi capaz de aproveitar essas condições positivas para promover um ritmo de crescimento mais vigoroso.

Apesar do fato de que o consumo das famílias representou mais da metade do PIB entre os anos de 2006 e 2010 e as exportações representaram, em média, 12,5% do PIB no mesmo período, se não tivesse ocorrido o *boom de commodities*, muito provavelmente o governo Lula não teria tido a oportunidade de promover tantas políticas focadas na expansão do poder de compra das classes mais baixas e, conseqüentemente, na ampliação do mercado interno. A expansão da acumulação de reservas internacionais, em conjunto com a melhora nos indicadores de liquidez externa e de solvência externa – sucedidas a partir do forte crescimento das exportações –, foi fator determinante na mudança das políticas econômicas baseadas nas diretrizes do FMI para as políticas econômicas fundamentadas no novo-desenvolvimentismo. Além disso, o aumento do consumo estimulou a

elevação das importações e sem a explosão das exportações seria muito difícil manter esse padrão. Portanto, foi a dinâmica da economia externa do país que promoveu a dinâmica na economia interna brasileira.

Nessa conjuntura, quanto maior era o poder de compra das famílias, maior era a expansão do consumo interno e, com isso, maior era o volume de importações. Esse processo era sustentado pelas exportações e por políticas econômicas relativamente restritivas, vinculadas às metas de inflação e de superávit primário. Sendo assim, a questão que fica em aberto nessa discussão é o fato de que, no Brasil, a demanda é maior que a oferta – visto que os serviços públicos e a produção interna não se expandiram na mesma proporção que o consumo das famílias, o qual precisa ser satisfeito, em grande parte, com importações.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, n. 91, nov. 2011.

BALTAR, Carolina Troncoso. Comércio exterior inter e intra-industrial: Brasil 2003-2005. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 1, abr. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2005*. Brasília, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2006*. Brasília, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2008*. Brasília, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Anual 2010*. Brasília, 2010.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília, fev. 2003.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: LESSA, Carlos et al. (Org.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, número especial, dez. 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, mai./ago. 2013.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. 2ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a ruptura: o Governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, Fabio et. al (Org.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Elsevier: Rio de Janeiro, 2011, p. 197-237.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

Ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Consumo e crescimento redistributivo: notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil*. Centro de Estudos Sobre Desigualdade e Desenvolvimento. Niterói, 2015.

LARA, Fernando Maccari Lara. A política econômica e os condicionantes externos ao crescimento na economia brasileira recente. *Revista Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, 2012.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 13, n. 2, jul./dez. 2004.

MERCADANTE, Aloizio. *O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC, Brasil). *Balança comercial brasileira: acumulado do ano*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC, Brasil). *Objetivo da Política de Desenvolvimento Produtivo*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.pdp.gov.br/paginas/objetivo.aspx?path=Objetivo>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

MORAIS, Lecio. SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 31, n. 4, out/dez. 2011.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. *Revista Tempo Social*. São Paulo, v. 15, n. 2, 2003.

PAULANI, Leda Maria. Brasil *Delivery*: a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 23, n. 4, out./dez. 2003.

SADER, Emir. A construção de hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Ester Carneiro de Couto. Papel do Estado para o desenvolvimento do SNI: lições das economias avançadas e de industrialização recente. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 2, ago. 2014.

WERNECK, Rogério Ladeira Furquim. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Campus: Rio de Janeiro, 2014, p. 357-381.